

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERÁIS
GOIAS S.A.**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2015**

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório de revisão das informações intermediárias sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Rodovias Minas Gerais S.A.
São Paulo - SP

Revisamos o balanço patrimonial do **Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("Companhia")**, em 30 de junho de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data. A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

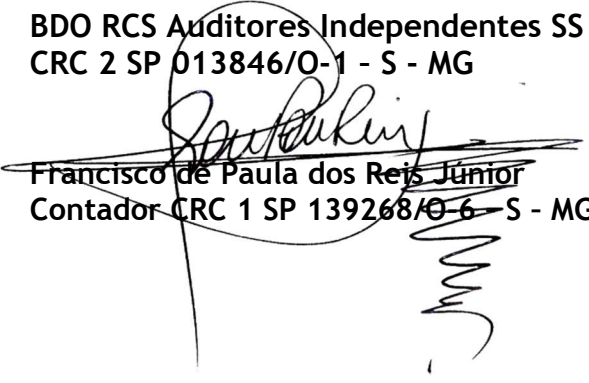
Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 05 de agosto de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MG



Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG



Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - MG

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2015	31/12/2014		Nota	30/06/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.961	154.705	Empréstimos e financiamentos	8	706	51
Clientes e operações a Receber	5	7.275	-	Fornecedores e outras contas a pagar	9	8.423	16.765
Estoques		132	139	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	11	2.111	913
Despesas antecipadas		1.136	1.863	Obrigações fiscais		1.549	1.285
Impostos a recuperar		4.378	2.729	Outras contas a pagar	12	6.613	6.232
Outros créditos		320	156			19.402	25.246
		128.202	159.592	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	8	272.735	234.042
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar		85	-
Ativos fiscais diferidos	18	12.904	10.891	Obrigações com Infraestrutura a realizar	13	11.284	5.070
		12.904	10.891			284.104	239.112
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	6	4.541	3.761	Capital social	14	162.000	118.000
	7	294.810	186.973	Prejuízos acumulados		(25.049)	(21.141)
		299.351	190.734			136.951	96.859
		312.255	201.625	Total do passivo e do patrimônio líquido			
Total do ativo						440.457	361.217
		440.457	361.217				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Receita operacional líquida	15	136.165	15.615
Custos dos serviços prestados	16	(140.241)	(19.496)
Resultado bruto		(4.076)	(3.881)
Despesas gerais e administrativas	16	(8.906)	(5.492)
Outras receitas e despesas operacionais		468	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(12.514)	(9.373)
Resultado financeiro	17	6.593	4.989
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	18	2.013	1.490
Resultado do período		(3.908)	(2.894)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado do período	(3.908)	(2.894)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(3.908)</u>	<u>(2.894)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Social		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	162.000	(44.000)	118.000	(1.975)	116.025
Resultado do período	-	-	-	(2.894)	(2.894)
Saldos em 30 de junho de 2014	162.000	(44.000)	118.000	(4.869)	113.131
Saldos em 01 de janeiro de 2015	162.000	(44.000)	118.000	(21.141)	96.859
Integralização de capital em 05 de janeiro 2015	-	44.000	44.000	-	44.000
Resultado do período	-	-	-	(3.908)	(3.908)
Saldos em 30 de junho de 2015	162.000	-	162.000	(25.049)	136.951

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(3.908)	(2.894)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	421	196
Obrigações com infraestrutura a realizar	8.338	-
(AVP) obrigações com infraestrutura a realizar	(2.124)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	28	4
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	(2.013)	(1.490)
	742	(4.184)
Estoques	7	-
Clientes e operações a receber	(7.275)	-
Impostos a recuperar	(1.649)	(1.034)
Despesas antecipadas	727	640
Outras contas a receber	(164)	(155)
Fornecedores	(8.342)	909
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.198	485
Obrigações fiscais	264	157
Outras contas a pagar	466	(550)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(14.026)	(3.732)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(1.201)	(2.400)
Intangível	(98.881)	(15.871)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(100.082)	(18.271)
Captações de empréstimos e financiamentos	31.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(636)	864
Integralização de capital	44.000	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	74.364	864
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(39.744)	(21.139)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	154.705	113.372
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	114.961	92.233
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(39.744)	(21.139)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Demonstrações do valor adicionado Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas		
Receitas dos serviços de construção	107.594	15.615
Receitas de pedágio	28.571	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de serviços prestados	(26.999)	(2.060)
Custos dos serviços de construção	(107.594)	(15.615)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.500)	(4.277)
Valor adicionado bruto	(2.928)	(6.337)
Depreciação e amortização	(421)	(196)
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	(3.349)	(6.533)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.240	5.269
	8.240	5.269
Valor adicionado total a distribuir	4.891	(1.264)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.793	1.795
Benefícios	1.434	201
FGTS	399	110
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(584)	(1.061)
Estaduais	93	76
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	1.179	281
Aluguéis	485	228
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do período	(3.908)	(2.894)
	4.891	(1.264)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO Rodovias, é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, constituída em 06 de novembro de 2013 com a finalidade de promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013.

A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Sociedade através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

(a) Recuperação

Conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, imprescindíveis à operação do Sistema Rodoviário e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos, iniciando-se a partir da data de assunção do contrato, sendo que as obrigações a serem atendidas em até 12 meses consideram-se integrantes dos trabalhos iniciais.

(b) Manutenção

Conjunto de obras e serviços de recomposição e aprimoramento das características técnicas e operacionais do Sistema Rodoviário, iniciando-se a partir do atendimento ao Parâmetro de Desempenho final indicado na Recuperação, bem como a partir da entrega de obras da Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço.

(c) Obras de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço

Conjunto de obras e serviços de duplicação da Rodovia, implantação de vias marginais, viadutos e passagens inferiores, trevos em nível, correções de traçado, passarelas e melhorias em acessos, implantação de barreiras divisorias em pistas e implantação de pórticos, iniciando-se a partir da data de expedição da Licença de Instalação com prazo de conclusão em até 48 meses.

(d) Conservação

Conjunto de operações preventivas, rotineiras e de emergência realizadas com o objetivo de preservar as características técnicas e físico-operacionais do Sistema Rodoviário e das instalações da Concessionária, iniciando-se a partir da data de assunção do Sistema Rodoviário até o final do prazo da Concessão.

(e) Serviços operacionais

Implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços:

- Centro do Controle Operacional (CCO);
- Equipamentos e Veículos Operacionais;
- Sistemas de Controle de Tráfego;
- Sistemas de Atendimento ao Usuário;
- Sistemas de Pedágio e controle de arrecadação;
- Sistema de Comunicação;
- Sistema de Pesagem;
- Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial;
- Execução e reforma dos postos da Polícia Rodoviária Federal.

Iniciando-se a partir da data de assunção do contrato e estendendo-se até o final do prazo da Concessão.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis de 30 de junho de 2015, em 05 de agosto de 2015.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 06 - Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 07 - Intangível;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

- Nota Explicativa nº 13 - Obrigações com infraestrutura a realizar
- Nota Explicativa nº 18 - Ativos e passivos fiscais diferidos.

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) **Investimentos que geram potencial de receita adicional:** são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura;
- (b) **Investimentos que não geram potencial de receita adicional:** foram estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

(a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4, e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

(ii) Aplicação financeira

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

(b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

(c) Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção de um ativo qualificado fazem parte do custo desse ativo e, portanto, são capitalizados. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa do período em que são incorridos.

Ativos qualificados são ativos que necessariamente levam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido ou para venda. A capitalização dos custos de empréstimos é iniciada quando são incorridos gastos com o ativo qualificável e são incorridos custos de empréstimo, e cessa quando o ativo qualificável está pronto para o uso ou quando a construção ou produção do ativo é suspensa por longos períodos. Os custos de empréstimos incluem juros.

(d) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

(e) Receitas

Contratos de concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

(f) Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(h) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

(i) Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

(j) Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 10% a.a;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de Ajuste a Valor Presente (AVP) devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

(k) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(l) Interpretações novas, revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, foram publicados e/ou revisados, têm adoção obrigatória, além de terem sido objeto de normatização pelo CPC, dessa forma, foram aplicados pela Companhia em suas Informações Trimestrais finda em 30 de junho de 2015. Tais pronunciamentos foram implantados pela Companhia quando se tornaram obrigatórios e não apresentam efeitos relevantes nas informações trimestrais, que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

(m) Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2015. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- IFRS 9 e IFRS 7 - Data mandatória efetiva e divulgações de transição. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01 janeiro de 2013 para 01 de janeiro de 2015. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma.

A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- IAS 1 - “Apresentação das demonstrações financeiras” - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 11 - “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis;
- IAS 16 e IAS 38 - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 15 - “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - “Receitas” e a IAS 11 - “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

- IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “*Bearer plants*” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “*Bearer plants*” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou aporte de ativos entre uma investidora e sua empresa associada ou entidade de Controle Compartilhado. Determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle compartilhado. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- IAS 27 - “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Exceções de consolidação em entidades de investimento. Aborda os requerimentos de divulgação de demonstrações contábeis para entidades de investimento. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa	1.839	639
Aplicações financeiras	113.122	154.066
	114.961	154.705

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras, correspondem a CDBs, e foram remuneradas entre 100% e 105% da variação do CDI.

5. Contas a receber

	30/06/2015	31/12/2014
Cupons de pedágio a receber	943	-
Pedágio eletrônico a receber	6.332	-
	<u>7.275</u>	<u>-</u>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 30 de junho de 2015, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

6. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Imobilizado da Administração	10%	2.575	(296)	2.279	1.431
Veículos	20%	2.930	(668)	2.262	2.330
		<u>5.505</u>	<u>(964)</u>	<u>4.541</u>	<u>3.761</u>

Movimentação do custo

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição	30/06/2015
Imobilizado da Administração	354	1.228	1.582	993	2.575
Veículos	449	2.273	2.722	208	2.930
	<u>803</u>	<u>3.501</u>	<u>4.304</u>	<u>1.201</u>	<u>5.505</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

Movimentação da depreciação

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição	30/06/2015
Imobilizado da Administração	-	(151)	(151)	(145)	(296)
Veículos	-	(392)	(392)	(276)	(668)
	-	(543)	(543)	(421)	(964)

7. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	30/06/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Software	3,33%	755	-	755	511
Intangível em andamento		294.055	-	294.055	186.462
		<u>294.810</u>	<u>-</u>	<u>294.810</u>	<u>186.973</u>

Movimentação do custo

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição	30/06/2015
Software	87	424	511	244	755
Intangível em andamento	-	186.462	186.462	107.593	294.055
	<u>87</u>	<u>186.886</u>	<u>186.973</u>	<u>107.837</u>	<u>294.810</u>

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Custo dos empréstimos

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1), a Companhia capitalizou os custos dos empréstimos, junto a Caixa Econômica Federal e ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), pois a função desses empréstimos é financiar para a duplicação da BR 050:

Nº Contrato	Banco	Taxa Juros	Data de Início	Principal	Juros Período
440.731-44	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,53% a.m	10/11/2014	190.000	6.961
14.2.0313.1	BNDES	0,57% a.m	24/07/2014	40.000	1.575
14.2.0313.1	BNDES	0,57% a.m	28/04/2015	31.000	420
				<u>261.000</u>	<u>8.956</u>

Dessa forma, do saldo de adição no intangível, R\$ 8.956 corresponde aos encargos financeiros dos empréstimos citados.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2015
(Em milhares de Reais)

8. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	30/06/2015	31/12/2014
Arrendamento Mercantil	4,37% a.a	787	1.144
BNDES	TJLP + 2% a.a.	74.217	41.221
CAIXA	TJLP + 1,6% a.a.	198.437	191.728
		273.441	234.093
Circulante		706	51
Não circulante		272.735	234.042

Abertura dos pagamentos dos empréstimos de longo prazo:

	30/06/2015	31/12/2014
2015	-	-
2016	272.735	234.042
	272.735	234.042

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	30/06/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	1.512	1.071
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	-	1.743
Prestadores de serviços	1.720	1.373
Outros fornecedores	5.191	12.578
	8.423	16.765

10. Partes relacionadas

Parte dos serviços contratados e materiais fornecidos para a execução das obras de ampliação e melhorias foram realizados por fornecedores e prestadores de serviços que possuem relacionamento com a MGO Rodovias. Essas contratações obedeceram aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015, assim como as transações que influenciam os resultados dos exercícios findos em 30 de junho de 2015, relativos às operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Transações	Saldos	
	Serviços prestados e fornecimentos	Ativo	Passivo
Greca Distribuidora de Asfaltos/Transportadora	7.624	-	-
Construtora Estrutural	2.623	-	-
Engenharia e Comércio Bandeirantes	2.623	-	-
EGP - Empresa Global de Projetos	20.694	-	-
Total em 30 de junho de 2015	33.564	-	-

11. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	30/06/2015	31/12/2014
INSS	374	189
IRRF	100	63
FGTS	70	55
Contribuição Sindical	18	-
Salários	4	-
Provisão de férias e encargos	1.545	606
	2.111	913

12. Outras contas a pagar

O saldo de outras contas a pagar corresponde aos seguros, retenções contratuais e as Verbas de Fiscalização da ANTT, os quais possuem obrigatoriedade descrita no Contrato de Concessão.

13. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro. Os montantes são atualizados por índice de mercado IPCA.

Em 30 de junho de 2015, o saldo da obrigação ajustado a valor presente é de R\$ 11.284 e está demonstrado a seguir:

	01/01/14	Adição	31/12/14	Adição	30/06/15
Obrigação com infraestrutura a realizar	-	7.423	7.423	8.338	15.761
AVP - provisão para manutenção	-	(2.353)	(2.353)	(2.124)	(4.477)
	-	<u>5.070</u>	<u>5.070</u>	<u>6.214</u>	<u>11.284</u>

14. Patrimônio líquido

O capital social subscrito em 30 de junho de 2015 é de R\$162.000 (em 31 de dezembro de 2014, mesmo valor), integralizado pelo valor de R\$ 162.000 (em 31 de dezembro de 2014, 118.000). As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2015 (em 31 de dezembro de 2014, mesma quantidade) estão demonstradas a seguir:

Acionista	Ações 30.06.2015		Partic. %
	Subscritas	Integralizadas	
Gregor Participações Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Senpar Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Construtora Estrutural Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Construtora Kamilos Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Ellenco Participações Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Maqterra Transp. e Terraplanagem Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
Vale do Rio Novo Eng. E Constr. Ltda.	18.000.000	18.000.000	11,11%
	<u>162.000.000</u>	<u>162.000.000</u>	<u>100%</u>

Acionista	Ações 31.12.2014		Partic %
	Subscritas	Integralizadas	
Gregor Participações Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Senpar Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Construtora Estrutural Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Construtora Kamilos Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Ellenco Construções Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Maqterra Transp. e Terraplanagem Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
Vale do Rio Novo Eng. E Constr. Ltda.	18.000.000	13.111.111	11,11%
	<u>162.000.000</u>	<u>118.000.000</u>	<u>100%</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

15. Receitas

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas de Pedágio	31.005	-
Receita de serviço de construção	107.594	15.615
(-) PIS	(201)	-
(-) COFINS	(930)	-
(-) ISSQN	(1.303)	-
	136.165	15.615

16. Custos e despesas por natureza

	30/06/2015		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	5.904	3.375	9.279
Serviços de terceiros	15.563	3.308	18.871
Seguros e garantias	999	-	999
Custos com poder concedente	2.153	-	2.153
Verba da Polícia Rodoviária Federal	567	-	567
Materiais/equipamentos/veículos	1.909	550	2.459
Provisão para Manutenção	8.338	-	8.338
Outros	365	1.174	1.539
Depreciação e amortização	24	397	421
Provisão para contingências	-	102	102
Custo de construção	107.594	-	107.594
(-) Ajuste a Valor Presente (AVP)	(3.175)	-	(3.175)
	140.241	8.906	149.147

	30/06/2014		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	492	2.020	2.512
Serviços de terceiros	18	2.079	2.097
Seguros e garantias	1.004	-	1.004
Custos com poder concedente	1.938	-	1.938
Materiais/equipamentos/veículos	350	510	860
Outros	79	687	766
Depreciação e amortização	-	196	196
Custo de construção	15.615	-	15.615
	19.496	5.492	24.988

17. Resultado financeiro

	30/06/2015	30/06/2014
Rendimento de aplicações financeiras	7.772	4.989
Despesas financeiras	(1.179)	-
Resultado financeiro líquido	6.593	4.989

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

18. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de junho de 2015 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015:

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado do exercício antes dos impostos	(5.921)	(4.384)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(2.013)	(1.490)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferenças temporárias	2.013	-
Diferenças permanentes	-	-
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>2.013</u>	<u>1.490</u>
Imposto correntes	-	-
Imposto diferido	<u>2.013</u>	<u>1.490</u>
Alíquota efetiva de impostos	-	-

Sendo a composição:

	30/06/2015	30/06/2014
Imposto de renda diferido	9.488	1.844
Contribuição Social diferida	3.416	664
	<u>12.904</u>	<u>2.508</u>

19. Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	30/06/2015	31/12/2014
Básico		
Prejuízo líquido do exercício	(3.908)	(19.166)
Número de ações durante o ano (milhares)	162.000	118.000
Lucro por ação - básico	<u>(0,02)</u>	<u>(0,16)</u>
Diluído		
Lucro/prejuízo utilizado na apuração do lucro básico por ação	(3.908)	(19.166)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	162.000	118.000
Lucro por ação - diluído	<u>(0,02)</u>	<u>(0,16)</u>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o segundo trimestre de 2015 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir:

Tipo de seguro	30/06/2015
Riscos operacionais	571.309
Seguro garantia de execução do contrato de concessão	399.583
D&O	10.000
Responsabilidade Civil	22.000
Patrimonial	6.410
PMV's	1.134
	1.010.436

21. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares de Reais)

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- **Fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias;
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	30/06/2015	31/12/2014
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.839	639
Aplicações financeiras	113.122	154.066
Outros créditos	<u>4.698</u>	<u>2.885</u>
Passivos		
Fornecedores	(8.423)	(16.765)
Outras contas a pagar	<u>(6.613)</u>	<u>(6.232)</u>

22. Informações por segmentos de negócios

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.